

# Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal

DEZEMBRO 2016 Nº 63

## EDITORIAL

Editorial – Boletim de Administração Pública e Gestão Municipal – Dezembro 2016 1635

## ARTIGOS E PARECERES

O SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA SELETIVA DE LIXO DOMÉSTICO – UMA BRASILEIRA NA ALEMANHA E NA INGLATERRA 1640

*Lucia Luz Meyer*

CONVITE: UMA MODALIDADE LICITATÓRIA (IN)CONVENIENTE? 1670

*Donato César Almeida Teixeira*

EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO ELEITORAL EM LICITAÇÕES 1670

*Jorge Ulisses Jacoby Fernandes*

A APLICABILIDADE DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS COM DESTAQUE AO ART. 87 DA LEI GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 1671

*Silvia Gabriela Duarte Araújo*

CONTRATAÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO SETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: ASPECTOS DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA E AS CARACTERÍSTICAS DA COSIP 1694

*Mário Márcio Saadi Lima*

O PAPEL ESTRATÉGICO DO ESCRITÓRIO DE PROCESSOS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR 1729

*Carlo Alessandro Castellanelli*

O CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NOS TERMOS DA LEI Nº 12.594/2012 E SEUS REFLEXOS NA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA BRASILEIRA 1739

*Gildazio Barbosa Nascimento*

POLÍTICA REGULATÓRIA E PARTICIPAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA 1744

*Maria Salles Coelho de Mello Franco*

## TRIBUNAIS DE CONTAS

### TCE - Rio Grande do Norte

Inaplicabilidade da revisão geral anual aos EDIS 1665

É do município a legitimidade para recuperar valores relativos às contribuições patronais referentes aos detentores de mandato eletivo 1711

## **JURISPRUDÊNCIA**

Inconstitucional lei municipal que dispõe sobre o envio ao Poder Legislativo dos processos licitatórios do Poder Executivo 1716

Índice Cumulativo – Boletim de Administração Pública e Gestão Municipal Dezembro 2016 1772

### **Superior Tribunal de Justiça**

Incabível interpretação extensiva das normas reguladoras do sistema de reserva de vagas 1662

Irregularidade na contratação de advogado para cobrança de tributos municipais sem licitação 1687

### **TJ - Minas Gerais**

Ofende à separação dos poderes a exigência de aprovação do legislativo para concessão de serviço público 1752

## **DÚVIDAS DOS ASSINANTES**

IMÓVEL PARTICULAR – DEMOLIÇÃO – CONSIDERAÇÕES 1666

PREGÃO PRESENCIAL – SÓCIOS EM COMUM – CONSIDERAÇÕES 1692

ISS – CARTÓRIOS – BASE DE CÁLCULO – ATOS GRATUITOS – FUNDO DE COMPENSAÇÃO – CONSIDERAÇÕES 1724

PROCURADOR PÚBLICO – CONFLITO DE INTERESSES – RECUSA EM ATUAR 1757